



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

Reunião da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura

Senhor Presidente da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura

Senhoras e Senhores Deputados,

Gostaria de começar por agradecer o facto de terem acedido à minha solicitação, apresentada nos termos regimentalmente previstos, para participar nesta reunião da 13ª Comissão e, desta forma, poder prestar-vos informações sobre os **teatros nacionais**, em particular sobre o processo de reestruturação da respectiva orgânica que o Ministério da Cultura está a planear.

Importa neste momento fazer uma retrospectiva do contexto geral que nos leva até este momento:

No quadro do OE2011, no seu todo, fortes restrições orçamentais foram aprovadas (e exigidas) pela Assembleia da República. Isto obrigou a drásticas medidas de austeridade, com redução da despesa, necessárias para fazer baixar o défice público, dentro das metas estabelecidas em compromissos internacionais – a redução do deficit público para 4,6% em 2011 – medidas de austeridade a que o sector da Cultura não pode nem deve ficar alheio.



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

Recordo os incessantes apelos dos partidos de oposição à redução no número de institutos públicos e na despesa de estruturas empresariais do Estado.

Nesse sentido, o governo inseriu no orçamento de estado o seguinte objectivo:

Governo

- *"No contexto do objectivo de ajustamento orçamental muito exigente, considera-se prioritária a redução de estruturas orgânicas na Administração directa e indirecta, a par de uma profunda reorganização e racionalização do Sector Empresarial do Estado" (OE2011)*

A oposição pronunciou-se no seguinte sentido:

Partido Social Democrata

- *Da parte do PSD há "total apoio para todas as medidas que sejam necessárias para a redução do défice português" pelo lado da despesa, disse. (Pedro Passos Coelho, DN – 22-09-2010).*

- *"Não acha que é tempo de o Governo exigir do Estado que o Estado dê o exemplo de fazer cortes sérios na despesa do Estado, acabando com institutos, com serviços públicos, departamentos que têm muitas vezes funções duplicadas, que significam despesa inútil?" (Miguel Macedo – JN, 25-06-2010).*



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

Partido Social Democrata

- "o Governo vai matando o Estado social" porque "é incapaz de reformar, disciplinar e controlar ao esbanjamento de recursos" e o "regabofe financeiro que alastra pelas empresas públicas e pelos institutos do Estado", enquanto o PSD quer "pôr ordem e disciplina no Estado empresarial, diminuir o seu tamanho e cortar nas suas estruturas e despesas improdutivas e inúteis" para "manter e reformar o Estado social". (Miguel Macedo – Lusa, 31-01-2011)

O **envolvimento solidário da Cultura** nesse compromisso nacional obrigou a cortes orçamentais no Orçamento do Ministério da Cultura, sem que, todavia, isso tenha que significar - e não significa! - a abdicação do papel de intervenção do Estado nos apoios culturais à criação e aos estímulos da fruição, ou ponha em causa essa intervenção: Trata-se de uma acção desenvolvida **sem dirigismos nem ingerências em políticas de gosto ou liberdade de criação**, e que garante o cumprimento dos seus princípios constitucionais.

A redução do orçamento do MC obrigou a cortes sectoriais nos programas em curso nos nossos organismos. Longe de serem cortes cegos, como alguns lhes chamaram, **foram cortes orçamentais reflectidos**, tendo em vista a intenção de minorar consequências drásticas em alguns programas em curso, e destinados a distribuir com equidade e justiça os apoios à criação.



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

O MC sabe bem os efeitos constrangedores que quaisquer cortes orçamentais têm no sector cultural, por isso reflectiu maduramente e procurou encontrar medidas que contornassem os seus efeitos.

Foi essa preocupação que esteve na origem da diminuição dos apoios quadrienais, para possibilitar a abertura de novos apoios em 2011, e foi essa preocupação que esteve na origem da **proposta de fusão dos Teatros Nacionais, para possibilitar otimizar os recursos e evitar os cortes de 15% previstos para todo o sector empresarial do Estado.**

Ao longo do processo de anúncio e de formulação das medidas, procurei, repetidamente, explicar e assegurar as partes envolvidas quanto às respectivas implicações, em encontros com os meios culturais (reuni com cerca de 400 estruturas artísticas), com os directores artísticos e administrações dos Teatros Nacionais e, naturalmente em sede parlamentar tal como, de igual modo, junto da comunicação social.

No sentido de otimizar os recursos dos Teatros Nacionais, o Governo propôs então um sistema de gestão comum, através de fusão das 3 estruturas.

A reacção a esta proposta foi contraditória com o posicionamento político generalizado – à direita e à esquerda - quanto à necessidade de optimização de recursos públicos, mesmo que apoiada por argumentação do domínio simbólico, como foi o caso do Teatro Nacional S. João.

Se alguns argumentos foram levantados de boa fé, muitos foram puramente demagógicos e instrumentalizadores da opinião pública.

Este posicionamento ambivalente torna muito difícil o debate público sobre esta matéria e altamente contraditório nos seus princípios dogmáticos.

No entanto, tenho acompanhado com a maior atenção os posicionamentos vindos a público sobre as propostas do Governo e tenho vindo a promover a realização de diversas reuniões com os interessados nesta matéria, de modo a **aprimorar um modelo** que dê respostas concretas e eficazes ao esforço de contenção de despesa pública que é exigido ao Governo, mas que por outro lado, permita aos Teatros Nacionais desenvolverem condignamente e com a maior **qualidade** a actividade cultural que lhes está cometida.

Neste sentido, considero que é o momento de apresentar a esta Câmara – a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses e, também por isso, órgão escrutinador por excelência da acção governativa - as conclusões a que o trabalho das últimas semanas nos conduziu, não sem antes recordar os pressupostos que condicionaram esta tomada de decisão.



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

O regime de Entidade Pública Empresarial foi considerado, no âmbito do PRACE, em 2007, como o modelo mais adequado para a gestão dos Teatros Nacionais. É neste pressuposto que se analisam os seus resultados e se perspectivam os seus potenciais operativos.

No caso do **OPART**, creio ter ficado já demonstrado que este organismo está longe de ser o que alguém rotulou depreciativamente de *“grande empresa constituída pelo Governo para disfarçar o subfinanciamento imposto”*. Pelo contrário, o OPART tem-se revelado uma **fórmula com possibilidades de ser bem sucedida, que permite a** maximização de recursos conciliável com a autonomia e liberdade artísticas das entidades que o integram.

Como entidades juridicamente autónomas, cada uma das EPE a operarem na área cultural são, como seria natural em empresas que operam no mesmo sector de actividade, estruturalmente semelhantes: ao nível dos **Órgãos de Gestão**, há 3 Conselhos de Administração, com 3 membros cada, independentemente da dimensão e complexidade da EPE. Em relação aos **Órgãos de Fiscalização**, há 1 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas por EPE. E há, ainda, simultaneidade ao nível das **funções de suporte** à actividade principal: marketing e publicidade, recursos humanos, funções administrativas e financeiras, em cada uma das Empresas em causa.



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

Acresce referir que, também do ponto de vista artístico, há semelhança organizacional, já que toda a Actividade se desenvolve sob a direcção de **Directores Artísticos**, com autonomia absoluta relativamente aos Conselhos de Administração, e que têm como única condicionante os limites orçamentais que lhes são definidos.

Independentemente das abordagens que se possam efectuar, importa referir que, em qualquer das EPE em causa, se verifica um **baixo nível de auto-sustentabilidade**, situação que se manifesta pelo elevado peso relativo da Indemnização Compensatória na Estrutura de Ganhos.

À elevada dependência da Indemnização Compensatória, acresce a **rigidez da Estrutura de Gastos** das EPE.

Aqui, refira-se que os Gastos com Recursos Humanos no quadro dos Gastos Operacionais destas EPE correspondem, em média, a **mais de 50%** destes Gastos.

Também é de sublinhar que é muitíssimo significativa a absorção, em cada uma das EPE, do valor da Indemnização Compensatória pelos respectivos Gastos Fixos Desembolsáveis (Ex. Gastos com Recursos Humanos e Fornecimentos e Serviços Externos de estrutura). No caso do OPART há uma aproximação destes Gastos a **100%** do valor da Indemnização Compensatória.



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

Senhoras e Senhores Deputados,

Os períodos de crise e, conseqüentemente, de menores recursos disponíveis para aplicar, **não** têm de ser necessariamente momentos geradores de **inércia**, **inactividade** ou de atitudes menos positivas.

Sendo, em primeiro lugar, momentos de **exigível e obrigatório rigor acrescido** na utilização dos recursos são, também, momentos de **reflexão**. Reflexão que, para além exigir uma abordagem quanto ao nível da actividade desenvolvida em termos quantitativos e qualitativos, deverá também incidir sobre aspectos de natureza superestrutural, designadamente a arquitectura organizacional, os métodos e processos utilizados e os recursos mobilizados.

Face à profundidade dos efeitos negativos da conjuntura, há que reconhecer o actual primado dos condicionalismos de natureza financeira. Estes manifestam-se (i) no nível de financiamento das EPE da área cultural, e (ii) na impossibilidade de, a curto/médio prazos, mobilizar meios financeiros adicionais para financiar a actividade dessas mesmas EPE.

Ora verificamos também um **elevadíssimo peso** dos Gastos com as **funções transversais de suporte** na estrutura de Gastos de cada EPE, em detrimento das actividades de Programação. Assim...nesse sentido, foi projectada uma fusão que permitisse um centro de custos comuns aos três teatros, uma redução de administradores e de despesas fixas e a garantia do ministro das



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

Finanças que este esforço de redução seria compensado com a manutenção da mesma orçamentação, o que significa, como os estudos apontam, cerca de 2 milhões de euros para direccionar à programação.

...A consideração da possibilidade de fusão das EPE decorreu da consideração de vários factores: Tipo de Actividade, Estruturas Organizacionais em tudo semelhantes e elevadas possibilidades de obtenção de sinergias.

Por outro lado sempre se considerou como **essencial a manutenção do actual modelo de Direcção Artística. Manutenção dos Projectos Artísticos de cada “Casa” e independência dos Directores Artísticos na definição e implementação da Produção Artística.**

No quadro descrito, o processo de fusão configurava a prossecução de um **único objectivo:** alocar mais meios financeiros à programação, cerca de 2 M€ Milhões de Euros/ano, por contrapartida da redução dos Gastos Operacionais, a saber:

- Redução do número de membros de Conselhos de Administração: dos actuais 9, (3 por EPE), passavam para 5 na nova estrutura empresarial. Com uma redução anual de Gastos estimada de 335.000 €, o valor da poupança por mandato (3 anos) **ultrapassaria o milhão de Euros.**



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

- **Redução de Revisores Oficiais de Contas:** das 3 sociedades actualmente existentes, passar-se-ia para 1, possibilitando a redução de 31.000 € ano, ou seja, **93.000 Euros /mandato**.

- O **processo de grupagem das compras**, as sinergias obtidas e a optimização de processos aquisitivos são, naturalmente, geradores de poupanças. Neste quadro e para o universo das EPE em causa, foi estimada uma poupança anual de cerca de **1.150.000 €/ano**, valor correspondente a 12,5% do conjunto dos respectivos Fornecimentos e Serviços Externos.

Por fim acrescente-se que os objectivos definidos se enquadram nas Linhas de Orientação Estratégica definidas pelo Governo para o Sector Empresarial do Estado para o Ano de 2011.

As EPE's vão sofrer uma redução nas suas dotações anuais. O Ministério das Finanças já o anunciou claramente – 15% de redução de financiamento e 20% no número de membros de órgãos de gestão e chefias.

Se aplicássemos estas reduções nos nossos três Teatros Nacionais, teríamos um **colapso total** da sua actividade – as dotações dos 3 teatros não chegam a 30 milhões de euros anuais e o **peso dos custos fixos** nas respectivas estruturas **ultrapassam 90% das indemnizações compensatórios** do Estado. O que sobra para programação é muito reduzido. Esperar por um aumento de



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

dotação do capítulo 60 do Orçamento de Estado para os Teatros Nacionais (fonte de financiamento das EPE's), é completamente **irrealista** e constituiria uma **irresponsabilidade** com a qual me recuso a pactuar!

Uma gestão política séria obriga a pensar noutras formas de consolidação financeira, de imediato. Manter a actual situação, mesmo que sem redução de financiamento por parte do Estado, também não é solução: como continuar a programar nestas circunstâncias? Onde encontrar patrocinadores e mecenas que assumam contribuições avultadas à altura das necessidades dos nossos Teatros? Como deixar o TNSJ – único teatro nacional sediado no Porto - e o único Teatro Lírico Nacional nesta situação de asfixia financeira?

Se na actual temporada o problema de sub-financiamento não é muito visível no TNSJ, isto deve-se exclusivamente ao projecto *Odisseia*, financiado por verbas comunitárias e por dotação extraordinária do Ministério da Cultura, o que não se pode garantir no futuro, foi apenas circunstancial. E não se pode gerir um teatro **sem garantias de futuro**, sob pena de se hipotecar todo o seu passado de excelência.

A **única estratégia possível**, no actual contexto, é a redução substancial dos custos estruturais e a libertação de verba para investimento em programação. E só se conseguirá este objectivo se criarmos um **modelo de gestão**



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

partilhada, para os três Teatros Nacionais, **que racionalize custos operacionais**.

Esta via **não implica qualquer perda de autonomia nem de identidade**.
Sejamos claros: cada organismo teria o seu director artístico autónomo, cada organismo teria o seu administrador, a quem competiria gerir o seu orçamento com total autonomia, cada organismo teria a sua programação própria e a sua relação idiossincrática com o seu público, cada organismo teria as suas equipas técnicas próprias, que se mantêm tal como são actualmente, cada organismo manterá a sua imagem de marca e a sua identidade.

Tudo isto tem sido, por mim, dito, escrito e explicado. Permanece, no entanto, a desconfiança. Sobretudo no Porto, onde se manifestaram receios sobre uma alegada extinção do TNSJ ou ressentimentos para com a sua gestão a partir do chamado “centralismo de Lisboa”. Uma vez mais, tal como tive oportunidade de o dizer, aqui no Parlamento, e publicamente no próprio TNSJ, no Porto, o centralismo do OPART é apenas geográfico, pois que as suas decisões gestionárias seriam tomadas em Conselho de Administração onde cada Teatro e cada organismo artístico manteria a sua autonomia artística e a mesma representação.

Ao contrário do que, por diferentes razões, mas **comuns interesses de dificultar a acção governativa**, se pretendeu fazer crer, nunca foi



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

contemplado qualquer cenário de extinção do TNSJ ou do TNDMII, tal como não houve extinção da Companhia Nacional de Bailado ou do Teatro NSC quando integraram o OPART num primeiro esforço de obter sinergias e otimizar recursos.

Ao contrário dos receios manifestados, a fusão projectada oferece uma **oportunidade de financiamento** que os Teatros Nacionais merecem e que ainda não conseguiram obter, por via dos ganhos de eficiência administrativa avaliados.

Todavia, as mudanças fazem-se com as pessoas e não contra as pessoas. Assim o afirmei no TNSJ, já em 29 de Novembro passado, e aqui em comissão parlamentar em Dezembro passado, tendo também sido citada na comunicação social.

“Se houver possibilidade de o fazer de outro modo, poderemos analisar outras formas ... de consolidar um orçamento que permita uma actividade digna para os nossos teatros nacionais. (Jornal de Letras – 15.12.2010) “a ministra está e sempre esteve aberta a outros modelos de gestão em rede pelo que o seu gabinete está a desenvolver estudos cujas conclusões serão apresentadas brevemente” (Diário de Notícias, 29-01-2011).

Desde que o objectivo de optimização de recursos seja atingido, sempre estive e estarei aberta a outros modelos de gestão em rede. Neste contexto, refiro



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

que dei atenção às sugestões que me foram dirigidas pelo **PS-Porto** com quem mantive contacto regular, e de igual modo com a **bancada parlamentar do Partido Socialista**, tendo em vista melhorar a nossa proposta inicial e, assim, entender e dar satisfação às preocupações que vieram a público – umas vezes por pura demagogia política (exemplo Facebook conduzido pela deputada Catarina Martins onde se chora a “extinção” do TNSJ), outras por genuína preocupação sobre a independência da identidade artística do Teatro Nacional de S. João, face ao valor simbólico que esta matéria se reveste para os públicos do Porto.

Perante as características da conjuntura e independentemente dos repetidos apelos da oposição:

Partido Social Democrata

- O Governo "ainda não extinguiu nada", que quanto às fusões "tudo continua na mesma" e que a reorganização da "administração indirecta e empresarial do Estado" até agora "permanece no papel", alegou. "Só que isto assim não pode continuar. Por isso, o grupo parlamentar do PSD vai requerer a realização de um debate de urgência para fazer o ponto da situação sobre o grau de concretização do anúncio da extinção e fusão de serviços, institutos e empresas públicas ", acrescentou. O grupo parlamentar do PSD quer "saber quais os organismos que foram extintos, quais os que foram fundidos ou reorganizados, que poupanças foram alcançadas", enunciou (Miguel Macedo – Lusa, 31-01-2011)



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

e face à vontade do MC de ir ao encontro das preocupações manifestadas, havia então que **procurar soluções** que garantissem a redução de estruturas e a optimização de recursos.

A articulação administrativa de todos os nossos Teatros Nacionais e respectivas companhias tem como objectivo, no respeito pela sua especificidade cultural e autonomia artística, obter sinergias, redução de encargos de direcção, ganhos de eficiência, enfim, uma global optimização de recursos, que permitam responder às novas exigências orçamentais e rigor de execução, e **canalizar reforço de verbas para a programação artística.**

Decidi assim recorrer à figura do Agrupamento Complementar de Empresas, ACE, configurando-se esta entidade como aquela que, nas circunstâncias, melhor se adequa para a prossecução dos objectivos subjacentes ao projecto de fusão.

Mantém-se assim a **independência formal de cada um dos Teatros Nacionais**, com a sua actividade centrada no *core business*, ou seja, Produção Artística, enquanto todas as actividades de suporte, de forma progressiva, **serão centralizadas e asseguradas pelo ACE.**



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

Desta forma tornar-se-á possível assegurar, embora de forma mais lenta, a redução das estruturas de gestão, através da diminuição do número de administradores, à medida que os actuais mandatos terminem, e a optimização dos recursos existentes em cada EPE.

Os Agrupamentos Complementares de Empresas, ACE, não tendo por fim principal a obtenção e a distribuição de lucros, são entidades, constituídas por pessoas singulares ou colectivas, sem prejuízo das suas personalidades jurídicas próprias, com o **objectivo de melhorar/optimizar o desempenho das respectivas actividades.**

Dotados de órgãos de gestão e fiscalização próprios e detentores de personalidade jurídica própria, os ACE têm na Assembleia Geral o centro de deliberações.

Em diferentes sectores de actividade empresarial, envolvendo ou não EPE, encontram-se múltiplos exemplos da existência de ACE's, cuja identificação para as actuais circunstâncias seria fastidioso enumerar.

O ACE a instituir, tem como finalidade operar todas as áreas de suporte das EPE, funcionando como unidade de serviços partilhados destas. De forma progressiva verificar-se-á a evolução das EPE para o ACE, das diferentes actividades. A saber: Protagonizar as aquisições de Bens e Serviços para as

Entidades Públicas Empresariais, EPE, a operar no sector cultural. Gestão logística. Constituir o Back Office das EPE para as áreas de Contabilidade, Processamento de Salários, Informação de Gestão, Efectuar a gestão das tesourarias de cada uma das EPE; Gestão administrativa de Recursos Humanos artísticos e não artísticos, e Assessorias não artísticas.

O modelo de gestão do ACE assentará:

O conselho de Administração do ACE é constituído pelos membros dos conselhos de administração dos 3 Teatros Nacionais. Poderá ser delegada a sua gestão num **Administrador Único**, nomeado em Assembleia Geral pelo período de três anos e sancionado pelas Tutelas das EPE constituintes do ACE, a quem competirá:

Orientar as actividades do agrupamento no sentido de serem atingidos os objectivos da sua constituição; Promover a execução das deliberações da Assembleia Geral; Apresentar anualmente à Assembleia Geral o Relatório de Actividades e as contas de gerência correspondentes ao exercício anterior; Apresentar anualmente à Assembleia Geral a proposta de orçamento ordinário e do plano de actividades para o exercício do ano seguinte; Gerir os recursos humanos do agrupamento, exercendo designadamente o poder de mobilizar recursos humanos de cada uma das EPE, de celebrar contratos de trabalho de avenças, de prestação de serviços e poder disciplinar; Definir os encargos devidos por cada agrupado; Elaborar os Regulamentos de implementação de



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

Programas, de Projectos ou de Acções, de afectação de equipas técnicas e respectivas actividades e funções; Aprovação de Manuais de Procedimentos; E as demais competências que se mostrem necessárias à prossecução do objecto social do ACE.

O modelo de gestão do ACE assenta ainda: Na existência de **um Fiscal Único** igualmente nomeado pelo período de três anos e, por conveniência operacional, deverá ser comum com o da EPE com maior dimensão; E na existência da **Assembleia Geral**, a quem compete a nomeação do Administrador Único e deliberar no sentido da prossecução dos interesses das EPE.

O ACE será constituído **no mais curto espaço de tempo** e, como referi, assumirá o desempenho relativamente às diferentes áreas identificadas, de forma progressiva.

O Ministério da Cultura incumbirá as Administrações das EPE para que, no espaço máximo de três meses, o ACE dê início à sua actividade.

A absorção pelo ACE das áreas de suporte irá possibilitar, de forma crescente, a centragem de cada EPE na sua actividade nuclear.

Para a aplicação desta medida, haverá lugar à redefinição da Lei orgânica, dos Estatutos e dos Órgãos de Gestão das EPE, para que se verifique o **ajustamento a esta nova realidade organizacional.**

Exactamente porque se está perante um processo evolutivo, a **redefinição anunciada ocorrerá aquando do término dos actuais mandatos dos Conselhos de Administração** das EPE.

Senhoras e Senhores Deputados,

A política cultural que temos vindo a desenvolver está bem longe de ser errática. Se os apoios às artes são uma área mais mediática, isso não significa que não estejamos a trabalhar de forma pensada e determinada nas muitas outras áreas e sub-sectoros da Cultura, onde a visibilidade pública é menos notada, e onde se torna mais importante tratar seguramente dos alicerces do que, de forma mais urgente, mas mais superficial, das meras fachadas.

Nem deixaremos que a Cultura fique alguma vez refém duma lógica mercantilista neoliberal, nem seja subterfúgio para **jogos políticos** que visam apenas obter impacto mediático ou seguir **agendas próprias**, sem qualquer preocupação pelo interesse público e pela actividade artística. A Cultura, tal como todos os outros sectores da vida nacional, está, sim, a responder com **ponderação e sensatez** ao respeito pela liberdade e criatividade artísticas, mas também às incontornáveis exigências de maior rigor

na aplicação de fundos públicos e à necessidade de maior eficiência e produtividade.

Continuaremos, solidariamente, e dentro do esforço pedido a todos os portugueses, a **pugnar pela importância da Cultura** para a elevação lúdica, a cidadania, a qualificação e capacidade inovadora dos cidadãos.

A macrocefalia de Lisboa combate-se através de **políticas de proximidade** no terreno das actividades, o que não significa alijamento de responsabilidades do poder central mas antes um constante e frutuoso diálogo, cooperação, reconhecimento e facilitação do papel do Poder Local, envolvendo as comunidades locais na promoção e na fruição do seu património cultural e artístico.

De igual modo, o crescimento do tecido cultural português e não apenas o dos seus maiores centros urbanos faz-se, nomeadamente, através de iniciativas de encorajamento à **colaboração em rede entre instituições, públicas e privadas**, num combate crescente às assimetrias regionais e à interioridade, e estimulando o intercâmbio, a itinerância, a partilha de experiências e de experiência. Sejam estas de Criação ou Divulgação, seja de Captação de financiamentos ou de Gestão.



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

Critique-se a alegada visão economicista mas reconheça-se o esforço de um melhor aproveitamento de recursos finitos, de responsabilidade pelos dinheiros públicos, e **não se insulte a liberdade de expressão e de criação com acusações de censura financeira e apelos irresponsáveis ao tipo de financiamento inoportável no actual quadro orçamental do país**, e com a demagógica pretensão de irresponsabilidade que a liberdade de criação alegadamente justificaria.

A **transversalidade** da Cultura é hoje demonstrável e reconhecida. Cabe ao Ministério da Cultura desenvolver um papel facilitador de diálogo, de identificação de interesses comuns e de mobilização de apoios e de incentivos, que nunca poderão esgotar-se em dotações do orçamento geral de Estado por razoáveis que possam ser as aspirações a condições mais favoráveis.

A Cultura não é um sector olímpicamente isolado onde essencialmente se discutam dotações de orçamentos e atribuição de subsídios. A Cultura é, também, a **projecção assertiva da nossa identidade no mundo contemporâneo da globalização**, além de factor de facilitação do conhecimento mútuo entre os povos que abre caminho às trocas comerciais e ao desenvolvimento económico.

A Cultura **não tem, pois, que se envergonhar das considerações económicas que lhe permitem florescer criativamente**, crescer como sector



MINISTÉRIO DA CULTURA
Gabinete da Ministra

económico produtivo e contribuir, pela internacionalização, para o conhecimento e para uma maior expansão da economia portuguesa no mundo. Não se trata de ver a Cultura como “espaço de negócio”. Trata-se de ver a Cultura com realismo a fim de propiciar melhores condições para que as actividades culturais continuem a florescer, livre e criativamente, sem ingerências que não sejam a exigência de respeito pelos dinheiros públicos.

O Ministério da Cultura não é um “ministério-fantasma” se, com esse rótulo, se pretendeu descrever um ministério que não assume dirigismos de gosto e de organização de festas, e que só pode partir de quem não entende o papel do Estado no sector da Cultura no século XXI e ainda o percepçiona como mero actor das actividades culturais, ao invés de o entender como o garante e facilitador das oportunidades de libertação criativa.

São estas **as vozes que pedem menos Estado e que paradoxalmente querem mais Estado na Cultura** – na Cultura, onde exactamente a liberdade individual deve ser mais livre. Ou **as vozes que continuam a acreditar num Estado dirigista, asfixiante e todo-poderoso sobre a criação.**

Os organismos tutelados pelo Ministério da Cultura reconhecem este objectivo que, na generalidade, obriga a opções difíceis. O **medo do desconhecido e a resistência à mudança**, que tantas vezes se manifestam em ajuizamentos inflexíveis e precipitados, não podem ser obstáculos a que novas formas de

mobilizar, gerir, produzir e criar sejam implementadas para que a despesa na Cultura seja **cada vez menos um gasto e cada vez mais um investimento na sua valorização.**

O contexto de rigor financeiro e de contenção económica que atravessamos não nos remeteu para a passividade e não baixámos os braços perante a adversidade.

A comprovação deste facto poderá ser feita, na próxima 3ª feira, às 11.00, no CCB, onde iremos apresentar um conjunto importantíssimo de novas medidas de apoio à criação, fruto da preocupação do Governo com o sector cultural e da identificação de novas fontes de financiamento que irá permitir o lançamento de programas há muito esperados pela comunidade cultural e que, finalmente, irão ter o seu arranque em 2011.

Senhoras e senhores deputados, estão desde já convidados a participar, com o governo, na apresentação destas novas medidas.

Muito Obrigada